



Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal

Tel: (0xx61) 2103-7200 – Fax: (0xx61) 2103-7221

www.condsef.org.br

condsefcpd@brturbo.com.br - condsef@uol.com.br

Relatório da Plenária Nacional Setorial do Departamento de Justiça e Segurança (Servidores do Ministério da Justiça, AGU, Polícia Rodoviária Federal (Civis), Polícia Federal (Civis) e demais vinculadas).

Data: 27 e 28/01/2007

Local: Sede da CONDSEF

Estados Presentes: 07 (SC, DF, PE, RO, RJ, RS, PA).

Delegados Presentes: 23

Informe da CONDSEF:

A CONDSEF realizou sua Plenária em Curitiba-PR no final de 2007, na ocasião tirou o seu calendário de luta e plano de luta entre os quais está a realização das plenárias dos Departamentos.

Neste sentido a direção junto com o CDE tirou que de janeiro ao início de março serão realizadas estas plenárias com objetivo de discutir o eixo geral e pauta de reivindicação de cada Órgão.

A direção e o CDE avaliaram que não dá para chamar plenárias por Órgão, é sim buscar unificar o eixo, e as lutas caso, contrário vamos ser derrotados pelo Governo.

Informes Estaduais:

SINTRAFESC-SC:

AGU: Aos vinte e quatro dias do mês de janeiro, às 13h15 min, reuniu-se nesta Procuradoria da União/SC, os servidores Técnicos Administrativos e o Presidente do SINTRAFESC – Lírio José Téo. Iniciou-se a assembléia com os informes das atividades de 2006, discussão da influência do PAC para os Servidores Públicos e problemas com o Plano de Saúde (Amil e GEAP). Após, passou-se à indicação de delegado para participação da Plenária Setorial do Departamento, que acontecerá nos dias 27 e 28/01/2007, em Brasília-DF, conforme convocatória da CONDSEF, ficando definido o nome de Regina Nunes, não havendo nada mais a ser deliberado, encerrou-se a Assembléia com a assinatura dos presentes na lista de comparecimento.

PRF: Informes sobre o 2º Congresso do SINTRAFESC, onde constou como eixo principal a defesa do Serviço Público, reafirmando o compromisso dos Servidores Públicos (direito e deveres). Que nos encaminhamentos do Congresso do SINTRAFESC, um dos principais pontos foi a deliberação sobre Plano de Luta para 2007, buscando a unificação de todos os setores na busca das reivindicações.

Quanto aos SERVIDORES DA PRF/8ª SPRF, encontram-se desmotivados quanto a conjuntura atual e que suas reivindicações encontram-se pautadas no Plano de Carreira e no concurso, para fortalecimento da instituição.

Requerem maior valorização por parte da Administração.

SINTRASEF-RJ:

PRF: Insatisfação da base em função da não aprovação do Plano de Carreira.

A desmotivação dos Servidores muitos prestes a aposentar-se em enganjar-se nos eventos sindicais.

Perseguição a alguns Servidores que reclamam da quantidade de PRF's trabalhando interno.



Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal

Tel: (0xx61) 2103-7200 – Fax: (0xx61) 2103-7221

www.condsef.org.br

condsefcpd@brturbo.com.br - condsef@uol.com.br

AGU: O Rio de Janeiro, vem se reunindo em assembléias, debatendo a MP 341 e estudando uma proposta de alteração com a Plenária Setorial, os servidores debateu a pauta da plenária setorial tirando as seguintes propostas: Alteração na redação do art. 2 da MP 341 CAPUT e exclusão do 2º§.

Plano de Saúde, que o GTPS encontre/estude um modo para que não seja repassado para os demais o prejuízo da Amil.

Mesa, que seja feita Plenária Nacional para reorganização da Mesa.

Plano de Saúde, qual a resposta do MPOG sobre não priorizar o desconto do Plano de Saúde no contracheque.

SINDSEP-DF:

AGU: – Assembléia realizada no dia 26/01/2007 foi tratado sobre conjuntura nacional e internacional da AGU, Plano de Carreira, Plano de Saúde, PAC, Plano de Lutas 2007, Decreto sobre FCT's. Foi discutido também a questão sobre mobilização para lutar pelo atendimento das reivindicações, onde saiu uma proposta de encaminhamento de realização de reuniões setoriais nas unidades da AGU, culminando em uma Plenária a ser definida a data.

Ministério da Justiça: Assembléia com 44 Servidores, onde se discutiu a cobrança do Plano de Carreira.

Terceirização comandando o Ministério, tem terceirizado respondendo como chefia, assinado documentos que só compete a servidores.

SINTSEP-PA:

PRF: A PRF do Pará, dispõe de 26 Servidores Administrativos, realizamos uma Assembléia no auditório da Polícia no dia 26 de janeiro, avaliamos o momento hoje, a Medida Provisória do remendão, o Plano de Cargo, a realização do Concurso Público e o Plano de Saúde.

SINDISERF-RS:

PRF: No Rio Grande do Sul a quantidade de terceirizados, faz com que o número de Servidores fiquem inexpressivo, tornando os Servidores mero membros que trabalham, não fazem falta. Com isto a necessidade de concurso imediato e um Plano de Carreira.

No Plano de Saúde a nova regulamentação retira os Pais como dependentes é tem um percupta única no valor de (R\$ 42,00) que no futuro isso deixa de existir.

SINTISEF-RO:

AGU: Os Servidores da PU/RO, encontram-se totalmente desmotivados, pois sentem totalmente enganados pelo Governo Federal, estavam certos de que o Plano de Carreira sairia no ano de 2006, o que não ocorreu.

Se não houver uma mobilização a nível nacional criando uma estratégia de luta, será mais um ano em que ficaremos na mesma situação em que nos encontramos.

Em relação a nosso Plano de Saúde, já não é lá essas coisas, em relação a credenciamento de Clínicas, Médicos e Hospitais. Estar ocorrendo o descenciamento de Hospitais e Médicos, alegando a demora nos pagamentos efetuados pela Amil.

Pior ainda foi o aumento do valor da mensalidade deixando os Servidores numa situação mais difícil do que se encontram hoje.

Devemos mobilizar nosso Estado, a fim de que se realize um movimento a nível nacional, pois sem união não há força.



SINDSEP-PE:

AGU: Em Pernambuco a AGU (PRU5, URA/PE e PRF5), realizaram assembléias dia 24/01/2007, com a seguinte pauta: Programa de Aceleração do Crescimento-PAC; Plano de Saúde; Mobilização; Debate alusivo no dia ao aposentado, promovido pelo SINDSEP-PE; Representação dos Técnicos e Administrativos da AGU-PE.

Dentro do debate os elementos já publicados pelo governo, relativamente ao PAC foram analisados, onde concluiu-se que a base deve estar atenta, acompanhando as ações e tentando inserção nas tentativas.

Com relação ao Plano de Saúde foi relatada a preocupação sobre o aumento da atual operadora de saúde. Foi solicitado que a CONDSEF avaliasse quanto a legalidade do respectivo aumento.

A AGU/PE iniciou o processo de debate quanto a sua mobilização em 2007. Entende a necessidade e a importância de lutar pela unidade e pretende manter o debate.

Como existe um forte sentimento de querer estar apto à apresentação, o dia foi bem aproveitado. O SINDSEP realizou debate político e encerrou com a prévia do bloco “Abra o Olho”.

Foi discutida a questão da representação nos diversos espaços de discussão/Fóruns, onde foi consenso e unânime manter o nome da companheira Elna Melo como representante dos respectivos Servidores.

Foi aprovado a Análise de Conjuntura da CONDSEF bem como todo Plano de Luta, e o Calendário da Confederação expresso abaixo:

As Perspectivas dos Trabalhadores do Serviço Público Federal em 2007.

I – Introdução:

Dentre os vários elementos que poderemos utilizar para pensar cenários para 2007 em relação às perspectivas e expectativas dos trabalhadores do Serviço Público Federal, no que diz respeito especialmente às questões referente a estruturação/reestruturação de carreiras e à questão salarial, nesta elaboração destacamos: O Orçamento da União aprovado para 2007 e o Programa de Aceleração do Crescimento – PAC lançado pelo governo em 22/01/2007.

1. Orçamento da União aprovado para 2007:

O aumento de despesa com pessoal do Poder Executivo aprovado para 2007 foi na ordem de R\$ 2.066.736.000,00 (dois bilhões, sessenta e seis milhões e setecentos e trinta e seis mil reais), sendo-os para:

- a) Reestruturação da remuneração das carreiras da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE e da Seguridade Social (MP-301/06), do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo (MP n.º 304/2006), Jurídica (MP – 305/06) e da Perícia Médica (Lei n.º 11.302/06): R\$ 908.511.300,00.
- b) Reestruturação da Remuneração de Cargos, Funções, e Carreiras no âmbito do Poder Executivo. R\$ 1.158.224.700,00. Considerando que neste total de aproximadamente 2 bilhões de reais estar incluído a Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público e, quando couber, para o Regime Geral de Previdência Social, esse valor ficará em torno de 1,8 bilhões de reais.

As Emendas apresentadas através da CONDSEF e não aprovadas no Orçamento perfaziam um total de aproximadamente 14,89 bilhões de reais, Emendas essas que contemplariam a maioria das reivindicações de Estruturações/Estruturações de Carreira da base da CONDSEF, a maioria, inclusive, já negociadas e acordadas com o governo durante o ano de 2006.

Como podemos constatar, o déficit entre o aprovado 1,8 bilhões de reais e o necessário 14,89 bilhões de reais por se só já indica que a luta por aditivos ao Orçamento aprovado será árdua e complexa;

2. Programa de Aceleração do Crescimento – PAC:

Divulgado pelo Governo em 22/01/2007 indica como um dos principais pilares do referido programa a diminuição do endividamento do setor público, refletida na sinalização das seguintes políticas:

- a) Reajuste do salário dos Servidores limitado à 1,5% ao ano acima da inflação: Considerando que a inflação estimada para 2007 é de em torno de 4,5%, isto significa, que o aumento com despesas de pessoal para 2007 ficará em torno de 6%, o que representa no total do Orçamento (110 bilhões de reais) uma margem aumento com despesas com de pessoal na ordem de aproximadamente 6,6 bilhões de reais, muito além das necessidades levantadas pela CONDSEF, como já descrevemos anteriormente, na ordem de 14,89 bilhões.
- b) Regulamentação do novo Regime Previdenciário e do Fundo de Aposentadoria Complementar do Servidor Público Federal, com o benefício limitado ao teto do INSS: Medida que não atinge os “antigos” Servidores (que entraram no Serviço Público antes de 2003), mas que reflete uma política preocupante “agendada” pela grande mídia brasileira desde o ano passado sobre a necessidade de reduzir o “ déficit” da Previdência. Essa “política” aumentará a complexidade da nossa luta pela paridade entre Ativos, Aposentados e Pensionistas;
- c) Choque de Gestão da Previdência Social e mudanças em benefícios, como o auxílio doença, para a obtenção de uma economia de até 3 bilhões de reais por ano;
- d) Redução do ritmo de crescimento dos gastos correntes e a partir de 2008: Aqui estar o “alicerce” do pilar, da “política” de diminuição do endividamento do Setor Público, que de forma mais compreensível significa “redução de despesas” do setor público, e mais diretamente “redução” de despesas com pessoal. Aqui se consolida a transformação de “investimento” público, em “despesa”, e como toda “despesa” é “pecado” para os interesses do capital, tem de ser reduzida. Deve aprofundar nossas preocupações mais ainda, quando o PAC não é um Programa só para 2007, mais um programa que se desenvolverá até 2010 com uma “política” progressiva de redução dos gastos públicos. O Programa (PAC), estima essa redução na seguinte ordem decrescente do endividamento líquido do setor público: Em 2007, 48,3% do PIB; em 2008, 45,8% do PIB; em 2009, 42,9% do PIB e em 2010 39,7% do PIB. O “déficit” das contas públicas – o resultado nominal-segure a mesma ordem decrescente: Em 2007, 1,9% do PIB; Em 2008, 1,2% do PIB; em 2009, 0,6% do PIB e em 2.010, 0,2% do PIB.

Resumindo, a política será de “arrocho” para os investimentos públicos, inclusive, em relação à despesas com pessoal.

Aparentemente, o governo em relação à questão salarial do Servidores Públicos, trabalha com uma lógica política, **a qual não concordamos por não ser verdadeira**, de que no 1º mandato do Lula, as “distorções salariais” foram “corrigidas” e que mantendo daqui pra frente a reposição da inflação mais um “ganho real” de 1,5%, manterá o poder de compra dos salários. Na nossa compreensão, essa será a retórica do governo para justificar a sua proposta de “política salarial” para os Servidores Públicos.

II – O que fazer diante dos Cenários apresentados:

1. Massificar junto à categoria de que não será alcançada nenhuma reivindicação sem luta;
2. Aprofundar o debate junto à categoria de que a necessidade de mudarmos as “políticas” definidas no Orçamento da União e no PAC, só será possível, se construirmos uma unidade real de toda categoria. As posturas corporativas do “salve-se quem puder e lute quem quiser” não terá resultados positivos, nem para os que lutarem “isoladamente”. Se não mudarmos as políticas macros constantes no Orçamento da União e no PAC, não teremos nenhuma perspectiva de avanço nem nas questões/reivindicações específicas. Essa compreensão é de fundamental importância que seja acumulada no debate com a base, para que não aconteça a fragmentação da categoria, e no final dos enfrentamentos fragmentados só reste decepções e frustrações.
3. É preciso se consolidar a compreensão de que a questão da paridade, da isonomia entre iguais, das gratificações produtivistas, não são políticas setoriais, mas uma política Macro de Governo. Várias experiências do passado recente consolidam essa nossa compreensão. O que ocorreu no passado recente, principalmente de 2003 a 2006 é que as “negociações” setoriais tiveram importantes avanços, mas quando a demanda chega nos “setores de decisão” do governo (Ministério do Planejamento, e Casa Civil), os avanços conseguidos nas Mesas Setoriais retrocedem, justamente porque as políticas Macros não permitem.
4. Os cenários vislumbrados pelas políticas de governo anunciadas no momento nos leva à evidente necessidade de construirmos um movimento de enfrentamento à essas políticas do conjunto da categoria de forma unitária e coesa. Ratificamos, temos de mudar as políticas Macros para avançarmos, inclusive, nas demandas específicas.
5. Nesse sentido as 12 Plenárias Setoriais de Departamentos que a CONDSEF estará realizando até o início de março/2007 terá a tarefa vital de acumular e consolidar na questão do Plano de Lutas, a necessidade de unir toda a categoria para a luta pela mudança das “políticas” sinalizadas pelo governo no presente momento. Não podemos nos permitir outro caminho que não seja o da unidade.
6. Consolidarmos o eixo de reivindicações aprovado na Plenária da CONDSEF em Dezembro/2006:
 - Reposição Salarial das perdas acumuladas desde 1.995;
 - Correção das distorções;
 - Incorporação das Gratificações Produtivistas e da GAE;
 - Paridade entre Ativos, Aposentados e Pensionistas;
 - Diretrizes de Plano de Carreira;
 - Correção imediata das Leis 11.355, 11.356 e 11.357;
 - Retorno dos Anistiados;
 - Criação de um ambiente institucional de negociação mais favorável;
 - Cumprimento dos Acordos de greve.

PAUTA DE REIVINDICAÇÕES DOS SERVIDORES ADM DA PRF:

- 1- Estruturação do Plano de Carreiras, conforme estabelece a Lei n. 11.095, de 13 de janeiro de 2005, buscando o fortalecimento e reestruturação do Departamento de Polícia Rodoviária Federal enquanto órgão de segurança pública.
- 2- Concurso público imediato para cargos técnicos administrativos instituído pela Lei 11.095/2005 e atender a orientação do T.C.U., publicado no DOU de 28/03/2005.



Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal

Tel: (0xx61) 2103-7200 – Fax: (0xx61) 2103-7221

www.condsef.org.br

condsefcpd@brturbo.com.br - condsef@uol.com.br

- 3- Instituição da mesa de negociação para os servidores administrativos da PRF, bem como a formação dos grupos de trabalho com a participação dos representantes de classe dos servidores.
- 4- Fim da terceirização no DPRF/MJ, promovendo maior valorização dos servidores públicos lotados no quadro da PRF, bem corrigir os desvios de função atualmente apresentados.
- 5- Gratificação de atividade de risco e desgaste físico e mental para os servidores técnicos administrativos.
- 6- Saúde, reformulação da Lei que regulamenta os planos de saúde dos servidores públicos, estabelecendo a inclusão dos pais como dependentes e alterar valor fixo da percapta (R\$ 42,00) para pagamento de plano de saúde, através de percentual, considerando as tabelas de valores atuariais no mercado financeiro de convênios de saúde.

PLANO DE LUTA:

- 1- Unificação das lutas, reunindo as representatividades das categorias a fim de fortalecer as ações e encarar novos desafios.
- 2- Denunciar o desmonte do serviço público, caracterizada através da demanda de terceirização, da contratação de trabalhadores para suprir as lacunas nos órgãos pela falta de servidores concursados.
- 3- Denunciar a depreciação do patrimônio da união onde os órgãos funcionam em situações precárias e inclusive de risco.
- 4- Promover a distribuição de panfletos esclarecendo o público e a sociedade sobre a real situação de cada órgão, como: a) demanda de terceirização; b) falta de servidores; c) necessidade de concursos e d) qualificação de servidores para atendimento ao público usuário dos serviços públicos.
- 5- Construção de uma carta para o Ministério do Planejamento, constando a pauta de reivindicação unificada de setores como, órgãos subordinados ao Ministério da Justiça, atribuindo ao secretário de recursos humanos daquele ministério a necessidade urgente de implantar uma negociação com os servidores, através dos seus representantes de entidade de classe.
- 6- Promover a conscientização dos servidores da necessidade da unificação de lutas oferecendo informações junto às bases e locais de trabalho.

PAUTA DE REIVINDICAÇÃO DOS SERVIDORES DA AGU:

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 341/2006
DECRETO Nº 5.989/2006
PROPOSTA DE LEI ORGÂNICA DA AGU
PLANO DE SAÚDE
PLANO DE LUTA/ESTRATÉGIAS



PAUTA DE REIVINDICAÇÃO – Houve consenso quanto ao atendimento da demanda específica de encaminhamento e aprovação do plano de carreira dos técnicos e administrativos da AGU, como prioridade.

MEDIDA PROVISÓRIA nº 341/2006 – Houve consenso quanto ao encaminhamento de proposta de modificação do art.2º da medida provisória, com o conteúdo diferente da proposta apresentada. A idéia é que os servidores cedidos continuem recebendo as GT's até a implantação do plano de carreira e os servidores cedidos que não recebem a gratificação temporária, passem a recebê-la, nos mesmos moldes.

DECRETO nº 5.989/2006 (FCT) – A proposta é que seja encaminhado ao jurídico para análise e parecer.

PROPOSTA DE LEI ORGÂNICA DA AGU – Formar grupo com servidores da AGU para discussão e acompanhamento.

PLANO DE SAÚDE – Houve a cobrança quanto a ação judicial que obriga a AGU ao cumprimento da liminar do STF, medida que já deveria ter sido adotada pela CONDSEF; encaminhar a documentação referente ao contrato firmado entre a AGU e a AMIL para a análise quanto a legalidade do reajuste aplicado. Observar a carta enviada pela AMIL que trata sobre os parâmetros que pautaram a negociação para renovar o contrato.

OBSERVAÇÃO: Independentemente das plenárias/assembleias que serão realizadas, a CONDSEF encaminhará as questões emergenciais (como ação da GEAP, reajuste da AMIL e emenda à MP 341) para o parecer do jurídico. as demais questões (como análise do decreto e da lei orgânica) serão mais debatidas antes de dar encaminhamento.

PLANO DE LUTA/ESTRATÉGIA – Houve consenso de que os servidores da AGU promoverão debate quanto às seguintes ações:

- apresentação do calendário de assembleias nos estados;
- participação nas plenárias e no lançamento da campanha salarial da CONDSEF;
- atos públicos;
- mobilização;
- paralisação (com indicativo de greve), e;
- intercâmbio com outros estados e bases e agendamento de audiências com o Agu e o MPOG;
- Incorporar nossa luta ao calendário geral da CONDSEF, amplo trabalho no congresso com Parlamentares e liderança, para que o nosso Plano seja implementado;
- Como estratégia formar uma comissão de 1 ou 2 representantes por Estado, mas que tenha conhecimento do Plano para a imediata implementação do Plano.

Como estratégia foi apresentada a proposta de identificação de um representante para cada três estados do país, como forma de viabilizar o intercâmbio, entre os servidores e aumentar o poder de mobilização (proposta anexa).



Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal

Tel: (0xx61) 2103-7200 – Fax: (0xx61) 2103-7221

www.condsef.org.br

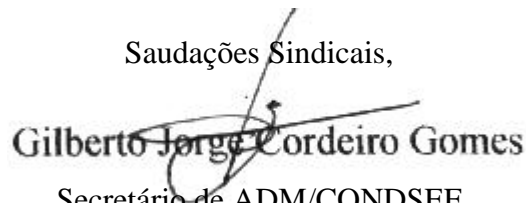
condsefcpd@brturbo.com.br - condsef@uol.com.br

PAUTA DE REIVINDICAÇÃO DOS SERVIDORES DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA:

1. Instalar Mesa de Negociação composta por indicação em assembléia, mais representante da CONDSEF.
2. Plano de Carreira no MJ;
3. Concurso Público;
4. Cobrar a obediência ao Decreto que institui a distribuição dos Cargos Comissionados – DAS;
5. Função dos Administrativos dos Órgãos filiados ao Grupo do MJ para a composição da Mesa de Negociação.

Brasília, 28 de janeiro de 2007.

Saudações Sindicais,


Gilberto Jorge Cordeiro Gomes

Secretário de ADM/CONDSEF